

PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA

**Caderno de Encargos destinado à celebração de
Contrato de Aquisição de Serviços**

**“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA AO SISTEMA DE GESTÃO DA
QUALIDADE, DO AMBIENTE, DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, DE
ATIVOS E DA ENERGIA EM INFRAESTRUTURAS DA SIMARSUL –
SANEAMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, S.A. 2025-2027”**

Consulta Prévia **096/CPR/2024**

janeiro de 2025

Cláusula I.^a

Objeto

1. O Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com a SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A que tem por objeto principal a “Aquisição de Serviços de Auditoria ao Sistema de Gestão da Qualidade, do Ambiente, da Segurança e Saúde no Trabalho, dos Ativos e da Energia em infraestruturas da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. 2025-2027”.
2. Com a celebração do referido contrato, pretende-se realizar os serviços de auditoria de certificação segundo os referenciais normativos NP EN ISO 9000I Sistemas de Gestão da Qualidade, NP EN ISO 14000I Sistemas de Gestão Ambiental, NP ISO 4500I Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, NP ISO 5500I Sistema de Gestão de Ativos e NP EN ISO 5000I Sistema de Gestão de Energia na SIMARSUL, S.A..
3. Os serviços, objeto do presente contrato, irão abranger os processos, atividades e serviços que abrangem as infraestruturas da SIMARSUL, melhor designadas no **anexo I** do presente caderno de encargos, tendo em conta o seguinte:
 - Para o referencial da Qualidade e Ambiente: âmbito total, ou seja, é aplicado à totalidade das infraestruturas da empresa com exceção do Centro Operacional de Setúbal que se pretende estender no ano 2025;
 - Para o referencial da Segurança: aplicado à Sede e subsistemas de Afonsoeiro, Alcochete, Cucena, Fernão Ferro, Lagoa/ Meco, Lagoinha, Pegões, Pinhal Novo, Quinta do Conde, Santo Isidro de Pegões, Seixalinho, Sesimbra, Taipadas, Zona Industrial da Autoeuropa, Seixal, Aires, Águas de Moura e alargamento parcial durante a vigência do contato;
 - Para o referencial dos Ativos: Subsistemas de Barreiro/Moita, Quinta do Conde e Seixal;
 - Para o referencial de Energia:

Ano 2025

ETAR Barreiro-Moita

ETAR de Setúbal

EE Lavradio

Ano 2026

ETAR Seixal

ETAR Afonsoeiro

EE Breyner

Ano 2027

ETAR Quinta do Conde

ETAR Aires

ETAR Seixalinho

EE Porto da Raposa

- O sistema de Gestão implementado é integrado, o qual se mantém com a extensão ao sistema de gestão da Energia.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo

Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do termo do contrato, este inicia-se na data de celebração ou da data de produção de efeitos do contrato e é válido pelo período de 3 (três) anos ou até que os pagamentos ao Cocontratante perfaçam o valor de 60.000,00€ (sessenta mil euros).

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - i. Obrigação de prestação de serviço anual de auditorias de certificação aos processos, atividades e serviços objeto de contrato em conformidade com o disposto no **Anexo II** e no **Anexo III** ao Caderno de Encargos;
 - ii. Obrigação de disponibilizar o número de técnicos em número necessário e adequado à prestação de serviços em causa, observando os requisitos mínimos previstos no **Anexo III** ao Caderno de Encargos;
 - iii. Obrigação de fornecer à SIMARSUL, S.A., antes do início do contrato e sempre que haja modificações, a identificação do interlocutor dos técnicos afetos à prestação de serviços e o seu respetivo contacto;
 - iv. Obrigação de solicitar, previamente e por escrito, autorização à SIMARSUL, S.A. quando pretenda proceder à substituição dos técnicos afetos ao presente contrato;
 - v. Obrigação de responsabilizar-se pelo pessoal afeto à prestação de serviços, nomeadamente no que se refere à aptidão profissional e à disciplina, assegurando o respetivo enquadramento hierárquico e disciplinar;

- vi. Cumprir e fazer cumprir, pelo seu pessoal e ainda pelos seus subcontratados, quando existam, as disposições constantes nos documentos do Sistema de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, em vigor na SIMARSUL, S.A., que se encontram em atualização permanente e disponíveis para consulta no website <https://www.simarsul.adp.pt/content/prestadores-de-servicos> e, das disposições constantes dos contrato e do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, em vigor na SIMARSUL;
 - vii. Emitir as faturas de acordo com o disposto no artigo 35.º do Código do IVA, devendo a fatura mencionar todos os números das Guias de Remessa e das Notas de Encomenda a que dizem respeito;
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª

Forma de prestação do serviço

- 1. Para o acompanhamento da execução do contrato o prestador de serviços fica obrigado a emitir, em consonância com a SIMARSUL, os respetivos “Planos de Auditorias”;
- 2. O prestador de serviços fica obrigado a realizar as auditorias já descritas na Cláusula 1.ª do Caderno de Encargos;
- 3. O prestador de serviços fica obrigado a apresentar à SIMARSUL, S.A., os relatórios das auditorias com as principais constatações identificadas;
- 4. No final da execução de cada ciclo de auditoria, o prestador de serviços fica ainda obrigado à emissão de parecer relativamente à emissão de certificados e, se for o caso, a consequente emissão dos mesmos, relativos aos sistemas de gestão.
- 5. Todos os relatórios, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 6.^a

Locais da prestação do serviço

I. As instalações, objeto da presente prestação de serviços, localizam-se dentro da área geográfica da Península de Setúbal, nos municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, pertencente ao sistema de gestão da SIMARSUL, nos termos e conforme já descrito no presente caderno de encargos e melhor identificados no **Anexo I** (Listagem das infraestruturas).

Cláusula 7.^a

Prazo de prestação do serviço

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à SIMARSUL, S.A. em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do prestador de serviços e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 8.^a

Objeto e prazo do dever de sigilo

- I. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à SIMARSUL, S.A., de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.^a

Informação Confidencial

1. O prestador de serviços obriga-se a manter em total e completo sigilo todas as informações de natureza profissional, consideradas pela SIMARSUL, S.A. como confidenciais, nomeadamente, bem como, todas as demais informações privada ou de propriedade da SIMARSUL, S.A., adquirida no decurso de toda a atividade ou de qualquer outra informação que venha a tomar conhecimento por força da execução do Contrato (“Informação Confidencial”).
2. O prestador de serviços obriga-se expressamente a utilizar a Informação Confidencial, única e exclusivamente, para efeitos e no âmbito do Contrato, abstendo-se de qualquer uso fora deste contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiro, independentemente dos fins.
3. O prestador de serviços obriga-se a observar estritamente as indicações que lhe forem pontualmente fornecidas pela SIMARSUL, S.A. relativamente à divulgação da Informação Confidencial, devendo ainda consultar previamente aquela, sempre que tenha dúvidas relativamente à possibilidade de divulgação de determinada Informação Confidencial.
4. O prestador de serviços é responsável perante a SIMARSUL, S.A. por todos e quaisquer prejuízos que esta venha a sofrer decorrentes do incumprimento, culposo ou negligente, das obrigações assumidas na presente cláusula.

Cláusula 10.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral

e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do contraente público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

2. O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do contraente público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.
6. O adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita do contraente público, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O adjudicatário deve comunicar de imediato ao contraente público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o contraente público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.

10. Se o adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o contraente público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.
11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o contraente público:
- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
12. O adjudicatário obriga-se a ressarcir o contraente público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 11.ª

Conservação de dados pessoais

1. O adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo contraente público.
2. Dependendo da opção do contraente público, o adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 12.^a

Transferência de dados pessoais

O adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 13.^a

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, o qual não pode exceder o preço máximo total de **€ 60.000,00** (sessenta mil euros) para o conjunto dos 3 anos (preço base).
2. O preço referido na presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à SIMARSUL, S.A., incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais a afetar, bem como, quaisquer encargos

decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros direitos de propriedade industrial.

3. A SIMARSUL, S.A. não está obrigada, e o Prestador de Serviço não o pode exigir, ao pagamento de quantidades mínimas referentes aos serviços objeto deste Caderno de Encargos, sendo as indicadas uma mera estimativa.

4. O preço contratual não é suscetível de atualização de preços durante a vigência do contrato.

5. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do termo do contrato, este inicia-se na data de celebração ou da data de produção de efeitos do contrato e é válido pelo período de 3 (três) anos ou até que os pagamentos ao Cocontratante perfaçam o valor de 60.000,00€ (setenta mil euros).

Cláusula 14.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela SIMARSUL S.A., nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção pela SIMARSUL das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Em caso de discordância por parte da SIMARSUL S.A., quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 15.^a

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo adjudicatário à SIMARSUL S.A., devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.

2. As faturas eletrónicas a emitir pelo Cocontratante devem ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
3. 4. Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>.
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintabl>.
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIUS.
4. Em caso de incumprimento dos termos de faturação resultante de facto não imputável à SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A., não acrescem quaisquer juros de mora.
5. As faturas eletrónicas devem cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em https://www.adp.pt/downloads/file427_pt.pdf.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela Contraente Pública não será objeto de qualquer cobrança adicional.

Cláusula 16.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela entidade adjudicante.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na

execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

Cláusula 17.^a

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a SIMARSUL, S.A. pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo atraso superior a 15 (quinze) dias na prestação de serviços de auditoria aos sistemas de gestão objeto de contrato, ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo, por motivos que não sejam considerados de Força Maior (ao abrigo da Cláusula 18.^a do presente Caderno de Encargos) quando aquela for solicitada, até 30% do valor anual fixo, referente aos serviços de prestação de serviços de auditoria aos sistemas de gestão objeto de contrato.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a SIMARSUL pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a SIMARSUL, S.A. tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5. A SIMARSUL, S.A. pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a SIMARSUL, S.A. exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais; e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19.^a

Resolução por parte da SIMARSUL

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a SIMARSUL, S.A. pode resolver cada contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo incumprimento na prestação de serviços de auditoria aos sistemas de gestão objeto de contrato, por motivos que não sejam considerados de Força Maior (ao abrigo da Cláusula 19.^a do presente Caderno de Encargos) quando aquela for solicitada.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo SIMARSUL, S.A..
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (vinte por cento) do preço contratual.
4. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante relativamente às prestações objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
5. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a SIMARSUL exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 20.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

1. A resolução contratual por iniciativa do prestador de serviços está sujeita aos termos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.

3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 21.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos impostos pela legislação em vigor, nomeadamente o seguro de acidentes de trabalho e o seguro de responsabilidade civil.
2. A SIMARSUL, S.A. pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias.

Cláusula 22.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A.,
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.

3. A SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A., deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A., nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 25.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 26.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

ANEXO I

LISTAGEM DAS INFRAESTRUTURAS

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

I. Em termos de **requisitos mínimos**, o prestador de serviços deve evidenciar:

- a) Ser organismo de certificação acreditado pelo IPAC – Instituto Português de Acreditação, I.P., para o Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com o referencial normativo NP EN ISO 9001 para o Sistema de Gestão Ambiental, de acordo com o referencial NP EN ISO 14001 para o Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do trabalho, de acordo com o referencial normativo NP EN ISO 45001, para o Sistema de Gestão de Ativos, de acordo com o referencial normativo NP ISO 55001 e para o Sistema de Gestão da Energia NP EN ISO 50001 na SIMARSUL, S.A..
- b) Ser organismo de certificação pertencente à rede IQNet.

2. Relativamente às **caraterísticas** do serviço, o prestador de serviços deve:

- a) Seguir as metodologias adotadas para a certificação de sistemas de gestão, segundo os requisitos expressos na norma ISO/ IEC 17021, que constitui o documento de referência para a Acreditação de Organismos Certificadores;
- b) Realizar as atividades de auditoria de acordo com as orientações definidas no referencial normativo NP EN ISO 19011.

ANEXO III

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR E DE BASE À LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS AO CONVITE

A SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A., possui os seguintes âmbitos para a certificação do seu sistema de gestão:

Sistema de Gestão	Descrição	Locais Abrangidos
NP EN ISO 9001	Recolha em alta, tratamento e rejeição dos efluentes; projeto, construção, extensão, conservação, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras, infraestruturas e equipamentos necessários ao desenvolvimento da sua atividade	Sede e Infraestruturas do Sistema Multimunicipal da SIMARSUL, com exceção do CO de Setúbal.
NP EN ISO 14001		
NP ISO 45001		Sede e subsistemas de Afonsoeiro, Alcochete, Cucena, Fernão Ferro, Lagoa/ Meco, Lagoinha, Pegões, Pinhal Novo, Quinta do Conde, Santo Isidro de Pegões, Seixalinho, Sesimbra, Taipadas, Zona Industrial da Autoeuropa, Seixal, Aires e Águas de Moura
NP EN ISO 50001		Não Aplicável
NP ISO 55001		Subsistemas de Barreiro/Moita, Quinta do Conde e Seixal.

Nº total de trabalhadores: 122.

Para a extensão dos diferentes referenciais ter em conta o Anexo I.

Para o referencial de Energia, damos a seguinte informação:

A. Consumo de energia das infraestruturas a certificar no triénio 2025-2027:

	ANO 2023	
	Consumo (tep)/ano	Consumo (kwh)/ano
ETAR Afonsoeiro	474,051565	2204891
ETAR Seixal	475,587525	2212035
EE Porto Raposa	102,035775	474585
EE Breyner	55,566535	258449
ETAR Seixalinho	225,71474	1049836
ETAR Quinta do Conde	446,150155	2075117
ETAR Barreiro/Moita	712,177395	3312453
EE Lavradio	42,223635	196389
ETAR Aires	47,97467	223138
ETAR Setúbal	738,49404	3434856
TOTAL (Ano 2023) = 3319,976035		

B. N° trabalhadores com relevância à gestão de energia (estimativa): 34

	ETAR AFS	ETAR SXL	EE Porto Raposa	EE BREYNERR	ETAR SXN	ETAR QTC	ETAR BRR	EE LAVRADIO	ETAR ARS	ETAR STB
Gestão de topo	1									
Equipa de gestão de Energia	4									
Aprovisionamento	1									
Engenharia	1									
ETAR - operadores e RCO	3	3			3	3	3		3	4
EE - operadores	2									
Telegestão	1									
Manutenção	2									

C. Fontes (estimativa): 5

D. Total de Usos significativos (estimativa): 5